

Cabral simula viagem e se esconde em casa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Bernardo Cabral decidiu ontem abandonar "o aparelho" que ocupava no Instituto Israel Pinheiro e "estourado" antecipe por outros constituintes. Sua intenção era ficar sozinho e isolado para concluir o substitutivo da Constituição, que deverá entregar na segunda-feira. Entretanto, seus esforços não foram bem sucedidos, apesar de ter até simulado uma viagem para o Rio de Janeiro. Os jornalistas descobriram que permaneceu durante a tarde em sua residência, na superquadra 302 Norte, onde recebeu o governador paulista Orestes Quércia, e depois foi para o apartamento do senador Mário Covas, que estava vazio, para uma reunião à noite com os relatores adjuntos e outros constituintes.

No começo da manhã, quando teve início a caça ao novo "aparelho" do relator da Comissão de Sistematização, as informações eram totalmente desencontradas. Diziam que estava escondido num hotel, na casa de um assessor não constituinte e até na residência oficial do multipresidente Ulysses Guimarães.

Por volta das 10h30 o segredo parecia ter sido desvendado: Cabral havia sido visto tomando café no aeroporto e chegou a revelar que estava embarcando para o Rio, tomando a direção da rampa de acesso às salas de embarque. Os jornalistas respiraram aliviados. O problema estava transferido para os repórteres que atuam no Rio.

Mas a alegria durou pouco: descobriu-se que a viagem para o Rio de Janeiro era apenas uma operação de despistamento. Com a chegada do governador Orestes Quércia ao aeroporto, por volta das 14h30, todos ficaram sabendo que ele se encontraria com Cabral. A solução foi acompanhar o governador paulista até a residência do relator Bernardo Cabral, onde permanecia aguardando Quércia. A manobra surpreendeu a todos, já que Cabral iludiu até o secretário-geral da Câmara, Paulo Afonso Mar-



tins de Oliveira. Um telefonema para Paulo Afonso do próprio Cabral comunicava-lhe o embarque para o Rio.

Ao deixar a residência do relator, o governador Orestes Quércia confirmou o encontro e disse que Cabral continuava em casa. Dois jornalistas que conseguiram romper a vigilância do prédio foram até o apartamento e lá foram informados de que Cabral já havia saído. A princípio todos pensaram que tudo não passava de mais um despistamento e permaneceram de plantão. Com o tempo, cresceu a certeza de que Cabral realmente havia saído pela garagem, sigilosamente.

A solução foi reiniciar a busca. Um dos seus assessores, Vicente Li-

monge Neto, contou que Cabral já havia embarcado para o Rio logo após o encontro com o governador Orestes Quércia. Nem todos acreditaram. Os repórteres no aeroporto de Brasília constataram que o deputado não havia passado por lá e sequer constava das listas de passageiros para os voos com destino ao Rio.

As buscas terminaram à noite. Bernardo Cabral tinha localizado seu novo "aparelho" no apartamento do senador Mário Covas, que havia ido com a família para São Paulo, a fim de se submeter a exames cardíacos no Incor. Para a reunião no novo "aparelho" foram convocados os senadores José Richa e Almir Gabriel, e os deputados Euclides Scalco, Arthur da Távola, Konder Reis e Adolfo de Oliveira.

Ulysses vai falar hoje com Sarney

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, anunciou ontem que vai conversar hoje com o presidente Sarney sobre os principais pontos do substitutivo do deputado Bernardo Cabral, especialmente o sistema de governo a ser adotado na futura Constituição. Ele irá levar ao conhecimento do presidente da República que existe hoje um "equilíbrio" entre as correntes parlamentarista e presidencialista da Assembleia.

Segundo Ulysses, as posições radicais estão sendo aos poucos abandonadas e já se pode sentir uma disposição muito grande para o entendimento entre as duas correntes.

Apesar de pesquisa interna no PMDB ter apurado uma tendência da maioria pelo parlamentarismo, Ulysses Guimarães observou que o mesmo não ocorre nos demais partidos, onde o presidencialismo parece predominar. "Não temos números perfeitos para apresentar ao presidente, mas podemos sentir que existe hoje bastante equilíbrio entre as duas correntes".

SEM PREVISÃO

As diversas propostas de parlamentarismo e presidencialismo mitigado, segundo o presidente da Constituinte, estão facilitando esse entendimento, mas não se pode fazer nenhuma previsão sobre que sistema será adotado. "Ninguém se arrisca a fazer essa previsão, embora todos estejam demonstrando disposição para ceder no que for possível." Sobre a possibilidade dele próprio ceder na sua posição presidencialista e aceitar um parlamentarismo com tempero presidencial, Ulysses respondeu: "Eu não serei a ovelha negra, é claro".

O parlamentarismo gradual, a nova tese

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney já considera "interessante" a tese da implantação gradual do parlamentarismo, mas só aceita a mudança do sistema de governo se a futura Constituição consagrar também o voto distrital misto e a possibilidade de dissolução da Câmara.

Foi o próprio presidente quem transmitiu a opinião durante encontros isolados que manteve no decorrer da semana com os senadores José Richa (PMDB-PR) e Carlos Chiarelli (PFL-RS) e com os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), Bernardo Cabral (PMDB-AM) e Alcení Guerra (PFL-PR). Todos esses políticos são parlamentaristas.

Ao deputado Alcení Guerra, o presidente da República manifestou preocupação com a sua imagem pública se vingar a idéia do gradualismo acoplado aos seis anos de mandato, conforme propõe a emenda dos deputados Cid Carvalho e Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Mas, como ainda não há definição, os parlamentaristas continuam conversando em busca de uma fórmula que alcance o consenso.

Sarney conversou também com alguns desses políticos sobre a posição de um grupo peemedebista que pretende forçar o parlamentarismo puro imediatamente. Para o presidente, eles querem o confronto e, por

Líderes continuam indefinidos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney não conseguiu conhecer a preferência dos líderes do grupo de parlamentares do Norte, Nordeste e Centro-Oeste sobre o sistema de governo. Ontem eles foram recebidos em audiência no Palácio do Planalto. Na conversa, disseram ao presidente que há quatro questões "em aberto" entre eles, sistema de governo, duração do mandato presidencial, anistia e reforma agrária. Diante das explicações, o presidente da República não insistiu em indagar dos parlamentares se a preferência da maioria seria pelo presidencialismo ou parlamentarismo.

Nos estudos do relator Bernardo Cabral no Instituto Israel Pinheiro, suspensos antecipe a tarde, entre os temas não examinados figuram, justamente, Poder Executivo, Poder Legislativo e ordem econômica. Informações de parlamentares que atuam com Cabral e com José Richa revelaram que o sistema de governo que constará no novo substitutivo do relator será o parlamentarista.

As possíveis variações seriam incluídas nas disposições transitórias,

isso, já foram listados pelo Palácio do Planalto para uma identificação bem clara.

Com a evolução da questão sobre o sistema de governo, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, foi atropelado pelos fatos. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, ganhou mais espaço porque participou das articulações iniciais, ouvindo os parlamentaristas, e levou, com isenção, todas as informações ao presidente, abrindo caminho para as conversas isoladas.

Na noite de quinta-feira, na residência do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, sete pefelistas e sete peemedebistas se reuniram para analisar os novos fatos e chegaram a um consenso: tem de haver uma transição gradual para a implantação do parlamentarismo. Um dos presentes, o senador José Richa, disse que o momento era de procura da melhor fórmula para o alcance do parlamentarismo, e conseguiu do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, que esperasse até amanhã para que a questão fosse definida.

Em princípio, o grupo parlamentarista pensa em apresentar uma emenda que tenha como núcleo a proposta de Cid Carvalho e Bonifácio de Andrada: seis anos de mandato para Sarney, sendo os dois últimos com um parlamentarismo mais efetivo, chegando à fórmula pura.

já que até ontem não havia possibilidade de acordo. Os parlamentaristas não querem aceitar a proposta de vigência do sistema somente com o sucessor do atual presidente e muitos não aceitam a idéia de o primeiro-ministro exercer, apenas, funções de "ministro-coordenador".

Anteontem à noite, no apartamento do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), os parlamentaristas de vários partidos discutiram o assunto. Chegaram à conclusão de que a maioria do PFL a favor do presidencialismo é, na verdade, maioria pró-presidente. Se Sarney aceitar um sistema gradual, quase todos os pefelistas o seguiriam.

Ontem pela manhã, o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, teve reunião reservada com os parlamentaristas Israel Pinheiro Filho (MG), Egídio Ferreira Lima (PE), Ibsen Pinheiro (RS), Heráclito Fortes (PI), José Ulysses (MG), Virgíldio de Senna (BA) e Cid Carvalho (MA) — um dos principais negociadores do grupo. Hoje e amanhã estão previstas novas reuniões fora do Congresso, inclusive com representantes das facções de esquerda, na busca de acordo.

Lula exige avanços na Carta

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

Se o substitutivo do projeto de Constituição que está sendo elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, não fizer "avançarem as questões sociais", as esquerdas poderão pedir destaque para as votações das 23.700 emendas apresentadas, retardando indefinidamente a promulgação da nova Carta. A advertência foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo presidente nacional do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, que atribuiu a Bernardo Cabral a responsabilidade "pelo que possa acontecer daqui para a frente na Constituinte".

Em entrevista coletiva antes de participar de um comício pelas elei-

ções diretas para presidente no próximo ano, Lula afirmou que o deputado Bernardo Cabral está elaborando o substitutivo sem ouvir as lideranças partidárias. "Ele está se reunindo com um grupo de amigos. O projeto não passa pelos partidos, mas pela casa do doutor Ulysses Guimarães, pelo Palácio do Planalto e pelas Forças Armadas. Não passa pela Constituinte, o que é um crime contra a sua soberania", destacou.

Para Lula, os trabalhadores não podem permitir que a nova Constituição signifique a perda de conquistas já consolidadas. "Não podemos aceitar, por exemplo, que a Carta estabeleça limites mínimos de idade para a aposentadoria", observou, sustentando que, ao contrário, de-

vem ser reduzidos os períodos de trabalho necessários à aposentadoria, estabelecendo-se 30 anos para o homem e 25 anos para a mulher. Além disso, insistiu na necessidade de ser assegurada a estabilidade no emprego e limitado o período de trabalho em, no máximo, 40 horas semanais.

Se questões como essas não forem incluídas no substitutivo do relator Bernardo Cabral, "é lógico" que as esquerdas terão de lançar mão de dispositivos regimentais para tentar fazer valer suas propostas, disse Lula. Ele observou que as esquerdas possuem um bloco de mais de cem parlamentares, enquanto bastam as assinaturas de 35 deputados para pedir em plenário a votação de emendas em destaque.

Três mudanças para corrigir desvios

JOSÉ SERRA

Independente das intenções dos seus autores, muitas propostas de dispositivos constitucionais têm apresentado dois tipos de desvios: primeiro, a introdução de medidas de natureza corporativista, para beneficiar este ou aquele setor profissional, ignorando as despesas que acarretariam e as situações de privilégio socialmente inaceitáveis que implicariam; segundo, a enunciação de direitos e vantagens sem avaliar o custo e indicar as fontes de recursos que poderiam viabilizá-los.

A preocupação com tais desvios é um dos fatores principais que têm orientado minhas sugestões para a nova Constituição. Menciono, entre vários, três exemplos a esse respeito, que se consubstanciam em emendas e sugestões.

O primeiro se relaciona com o Imposto de Renda, tributo que, para irritação de muitos, não raramente trata pessoas com rendimentos iguais de maneira desigual. Uma das mudanças que propus, ao longo des-

tes meses, pode ser melhor compreendida lembrando que a atual Constituição dispõe que a União pode instituir imposto sobre "a renda e proventos de qualquer natureza, salvo ajuda de custo e diárias pagas pelos cofres públicos, na forma da lei". É esta exceção (em negrito) que abre o caminho para que pessoas com rendimentos relativamente altos paguem imposto sobre uma fração pequena do que ganham (este é o caso, aliás, dos deputados e da totalidade dos chamados "marajás"). Cabe então suprimir a exceção citada e, com ela, a base de existência desse privilégio fiscal.

Para tornar essa intenção mais abrangente, respaldar a eliminação de outros privilégios e ampliar as possibilidades de justiça tributária, propus mais três dispositivos:

a) "Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte (parecido ao da Constituição de 1946)";

b) "É vedado instituir tratamento desigual entre contribuintes que

se encontram em situação equivalente, vedada inclusive qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos";

c) "O imposto de renda será informado pelos critérios da generalidade, universalidade e da progressividade, na forma de lei".

Outra proposta, apresentada já no início da Constituinte e aperfeiçoada nesta fase, respondendo a uma preocupação do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, refere-se ao financiamento do seguro-desemprego. Como se sabe, esse seguro, previsto na atual Constituição e certamente mantido na próxima, foi regulamentado apenas no ano passado, e mesmo assim carecendo de recursos suficientes para torná-lo efetivo. Por isso já chegou a ser ventilada a hipótese da criação de algum novo tributo para ampliar seu financiamento. Em vez de seguir esse caminho, pareceu-me mais oportuno que o seguro-desemprego

passasse a ser financiado mediante realocação de recursos já existentes, no caso a arrecadação do PIS-Pasep, mantidas as aplicações desses fundos em programas de investimento (com critérios de remuneração que defendam seu valor real, o que, aliás, o BNDES tem feito muito bem) e preservando os patrimônios até agora acumulados, bem como os critérios de saques, com exceção do pagamento do abono salarial. Pelas estimativas feitas, será possível dispor, mesmo com as restrições citadas, de recursos substancialmente maiores para auxiliar os desempregados. Além disso, dar-se-á àqueles fundos um sentido social que não tiveram ao longo dos seus 16 anos de existência, pois não chegaram a promover nenhuma integração dos trabalhadores na vida das empresas, acumularam um patrimônio insignificante para os assalariados (qualquer que seja o nível de renda) e proporcionaram benefícios pequenos e pulverizados.

Por último, vale a pena mencionar emendas relativas à criação de seis novos estados, previstas no tex-

to do substitutivo. A criação de estados não é grátis, como poderia parecer. Rondônia, por exemplo, custou (ou ainda custa?) 1% do orçamento da União durante vários anos. Por isso, as emendas que apresentei a respeito dispõem que: durante dez anos, o Fundo de Participação total para os dois novos estados (transferência federal) terá o mesmo valor que teria para o antigo estado desmembrado (sendo rateado segundo a população de cada um deles); a União não poderia financiar os gastos dos novos estados por mais de três anos e, mesmo nesse caso, em proporção nunca superior a 50%. A diferença seria paga por tributo extraordinário incidente sobre as pessoas físicas e jurídicas neles residentes; por último, a União ficaria proibida de assumir as despesas com pessoal inativo e com encargos e amortizações da dívida externa e interna da administração direta ou indireta do antigo estado.

Não se trata de impedir a criação de novos estados, mas sim de precisar como deve ser repartido o ônus

financeiro que acarretam e, quem sabe, limitar tal criação aos casos realmente prioritários.

Na verdade, os novos encargos estabelecidos para o poder público em pelo menos 50 dispositivos do atual substitutivo, se bem que inferiores aos do anterior, implicam despesas efetivas ou potenciais substanciais, incomparavelmente maiores do que as perdas que a União sofreria com as maiores transferências de receitas para estados e municípios. A identificação desses encargos, a supressão de alguns, reformulação e graduação das aplicações de outros ou definição de fontes de financiamento para terceiros constitui uma tarefa fundamental dos constituintes preocupados em não aumentar, pela nova Constituição, as dilatadas margens de ingovernabilidade que já envolvem hoje o nosso país.

Nota — Na elaboração das emendas citadas, contei com a colaboração fundamental do professor Alcides Jorge Costa.

José Serra é deputado constituinte do PMDB de São Paulo.